

SISTEMA PRISIONAL

COLAPSO ATUAL E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

abdr



Respeite o direito autoral!



© 2021, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL:

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
 CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO
 FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL
 IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES
 RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO
 VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

PROJETO GRÁFICO: EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORACÃO ELETRÔNICA: EDITORA IMPETUS LTDA.

CAPA: HASUM™ DESIGN GRÁFICO

PESQUISA: FLÁVIA DUARTE MANTIOLHE

REVISÃO DE PORTUGUES: C&C CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: EDITORA E GRÁFICA VOZES LTDA.

Data de fechamento da edição: 15/05/2021

G829c

Greco, Rogério.

Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas / Rogério Greco. –
 6ª ed. rev., ampl. e atual. – Niterói, RJ: Impetus, 2021.

404 p. ; 16 x 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86044-26-3

1. Direitos humanos. 2. Prisões – Aspectos sociais. 3. Prisão
 (Direito penal) 4. Pena (Direito) 5. Penas alternativas. I. Título.

CDD: 341.48

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Fundamentos e Limitações do <i>Ius Puniendi</i>	1
1.1. <i>Ius Puniendi</i> , Estado de Direito e Direitos Humanos	1
1.2. A importância da revolução francesa e sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	6
1.3. A flexibilização do Conceito de Soberania	9
1.4. Teorias Fundamentadoras	11
1.5. A evolução dos direitos humanos	16
1.5.1. Direitos humanos pré-revolucionários.....	17
1.5.2. Direitos humanos de primeira geração (ou dimensão).....	19
1.5.3. Direitos humanos de segunda geração (ou dimensão).....	22
1.5.4. Direitos humanos de terceira e quarta geração (ou dimensão).....	24
1.6. O Estado Constitucional e Democrático de Direito e os Direitos Fundamentais.....	25
1.7. Princípios do Estado Constitucional e Democrático de Direito.....	28
1.7.1. Princípio da legalidade	28
1.7.1.1. Princípio da legalidade em matéria penal.....	31
1.7.1.2. Funções do princípio da legalidade em matéria penal.....	32
1.7.1.3. Legalidade formal e legalidade material.....	36
1.7.1.4. Princípio da legalidade no âmbito penitenciário.....	38
1.7.2. Princípio da igualdade	39
1.7.3. O acesso à justiça (princípio da justicialidade).....	43
1.7.3.1. A ideia de justiça penal	47
1.7.3.2. A justiça do tempo como pena.....	50
1.7.3.3. A vítima e o condenado: concepções antagônicas de justiça.....	54
1.7.4. O princípio de liberdade.....	56
1.8. A Dignidade da Pessoa como Princípio Fundamental do Direito Penal.....	61
1.8.1. A concepção normativa da dignidade da pessoa humana	66
1.8.2. A desobediência ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado.....	67
1.8.3. A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana.....	70

1.8.4. A mídia como uma das responsáveis por impedir a aplicação, no sistema prisional, do princípio da dignidade da pessoa humana.....	72
1.9. Limitações do <i>lus Puniendi</i>	74

Capítulo 2 – Origem e Evolução Histórica da Pena e da Prisão 83

2.1. Introdução	83
2.2. As Penas Aflitivas.....	88
2.3. A Pena de Morte	90
2.4. Antecedentes Históricos das Prisões	97
2.5. A Importância da Obra de Beccaria.....	105
2.6. John Howard e a Reforma Penitenciária.....	114
2.7. Jeremy Bentham e sua Influência no Sistema Penitenciário	117
2.8. Sistemas Penitenciários Clássicos	121
2.9. Vigiar e Punir: Um Grito de Alerta.....	128
2.10. Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade.....	137
2.10.1. Normatização internacional	137
2.10.2. Proibição de tortura e das penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.....	138
2.10.3. Do conceito internacional de tortura.....	141
2.10.4. Das penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.....	147
2.10.5. Determinações internacionais aos Estados para que proíbam e impeçam as torturas, as penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.....	153
2.10.6. Requisitos mínimos exigidos para os locais de privação da liberdade....	155
2.10.7 Registro dos presos	161

Capítulo 3 – Problemas e Orientações Atuais da Pena de Privação de Liberdade e da Prisão..... 167

3.1. O Século XX e o Retrocesso das Prisões	167
3.1.1. O (mau) exemplo dos Estados Unidos.....	171
3.1.2. Modelos prisionais de sucesso e de fracasso	174
3.2. Princípios Fundamentais Reguladores da Privação da Liberdade.....	183
3.2.1. Prisão na fase investigativa (pré-processual).....	183
3.2.2. Prisão na fase processual.....	190
3.2.3. Prisão na fase de execução da pena.....	194
3.3. Privação da Liberdade das Mulheres.....	200
3.4. Privação da Liberdade dos Jovens	208

3.5. Privação da Liberdade (Internação) em Virtude de Aplicação de Medida de Segurança.....	216
3.6. Progressão e regressão de regime.....	221
3.7. Uso de algemas	230
3.7.1. Utilização de algemas em adolescente infrator.....	233
3.8. Absolutismo <i>versus</i> Utilitarismo	233
3.9. Alguns Fatores que Exercem Influência sobre a Crise das Prisões	243
3.10. A Privatização das Prisões.....	248
3.10.1. Introdução.....	248
3.10.2. A crise carcerária e a privatização das prisões.....	249

Capítulo 4 – Alternativas à Privação de Liberdade.....259

4.1. Necessidade de uma Atuação Complexa e Coordenada: Medidas de Política Estatal, Política Criminal e Política Penitenciária.....	259
4.1.1. Introdução.....	259
4.1.2. Soluções político-criminal, político-penitenciária e político-estatal.....	260
4.2. Implementação das Finalidades Sociais do Estado como Fator Inibidor da Prática de Infrações Penais	262
4.3. A Adoção do Minimalismo como Política de Correção do Sistema	268
4.3.1. Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima.....	270
4.3.2. O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica.....	273
4.3.3. Da natureza subsidiária do direito penal.....	280
4.3.4. Esquema minimalista piramidal.....	282
4.4. Mediação Penal e Justiça Restaurativa	289
4.4.1. Fases da mediação	293
4.4.2. Justiça restaurativa informal.....	296
4.4.3. Origem da justiça restaurativa.....	300
4.5. A Tecnologia como Instrumento a Serviço do Sistema Penal.....	304
4.5.1. Alternativas tecnológicas à privação da liberdade no sistema prisional....	306
4.5.1.1. Monitoramento eletrônico	308
4.5.1.1.1. Tecnologias de controle de primeira, segunda e terceira geração	315
4.5.1.1.2. Monitoramento versus direito à intimidade	317
4.6. O Sistema de Penas Alternativas à Prisão	323
4.6.1. Fases de aplicação de medidas alternativas à prisão.....	328
4.6.2. Alternativas à pena de privação de liberdade.....	330
4.6.2.1. Penas restritivas de direitos no Código Penal brasileiro.....	330
4.6.2.1.1. Espécies de penas restritivas de direitos.....	330

4.6.2.1.2.	Requisitos para a substituição.....	332
4.6.2.1.3.	Duração das penas restritivas de direitos	335
4.6.2.1.4.	Prestação pecuniária	335
4.6.2.1.5.	Violência doméstica e familiar contra a mulher	337
4.6.2.1.6.	Perda de bens e valores.....	338
4.6.2.1.7.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	341
4.6.2.1.8.	Interdição temporária de direitos.....	343
4.6.2.1.9.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo	343
4.6.2.1.10.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do poder público	343
4.6.2.1.11.	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.....	344
4.6.2.1.12.	Proibição de frequentar determinados lugares	345
4.6.2.1.13.	Limitação de fim de semana.....	345
4.6.2.2.	A pena de multa	346
4.6.2.2.1.	Introdução.....	346
4.6.2.2.2.	Sistema de dias-multa.....	348
4.6.2.2.3.	Pena de multa na Lei nº 11.343/2006.....	349
4.6.2.2.4.	Aplicação da pena de multa.....	349
4.6.2.2.5.	Pagamento da pena de multa.....	350
4.6.2.2.6.	Execução da pena de multa.....	351
4.6.2.2.7.	Competência para a execução da pena de multa	353
4.7.	A Ressocialização do Condenado	353
4.7.1.	A ressocialização do adolescente infrator	359
Capítulo 5 – Conclusão		361
Bibliografia		373